

Ao vigésimo nono dia do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, o Conselho Municipal de Educação de Caraquatatuba reuniu-se para Reunião Extraordinária, às dezoito horas e trinta minutos, na modalidade online. Estavam presentes os conselheiros: Marcella de Cássia Jorge Lopes, Solange Estanislau dos Santos, Camila Pimentel Machado Gonçalves, Eliane Aparecida Ferreira, Vinícius Gomes Pereira, Gabriel Duarte Valino Gliosci, Tamara da Costa e Silva, Elias José da Silva, Luciana Ribeiro Silva, Flaviana Paula Bota Giachini, Vaneusa Sales Freire, Ana Paula Martines de Azevedo da Silva, Cristiane Jaci de Resende Pessoa e Paula de Campos Bueno. A reunião foi acompanhada pelos munícipes: Manoela Adriana Macedo do Prado Terni Roveran, Jamile El Kassis Marangoni, Luciano Alves, Evelise Cristiane Rosa, Neil Oliveira Reis, Cláudio Rezende e Laressa de Lima Rocha . Ocupando a presidência, a conselheira Paula informou aos presentes que a realização desta reunião embasou-se na necessidade tratamento de pauta da reunião ordinária convocada para vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e cinco, não realizada por falta de quorum previsto em Regimento deste colegiado. Prosseguiu acolhendo seus pares e informando ao grupo as justificativas de ausências apresentadas. Dando continuidade, foi sugerido pela mesa diretora ao colegiado que realizasse a alteração da ordem dos assuntos da pauta, iniciando com a notícia trazida pelos munícipes sobre a descontinuidade do "Projeto Capoeira para Todos" nas unidades escolares municipais EMEF Dr Carlos de Almeida Rodrigues e EMEF Ricardo Luques Sammarco Serra. Após aceite da proposta, os participantes tiveram falas que iniciaram-se com a apresentação do Professor de



Capoeira Neil Oliveira Reis, responsável pelo projeto, que falou sua trajetória com o projeto voluntário iniciada no Corpo de Bombeiros do município e estendido às unidades citadas. Falou sobre a diversidade da clientela atendida por ele e apresentou a informação ao colegiado que, no início do corrente ano foi informado sobre a descontinuidade do seu projeto em parceria com as unidades citadas, informou ainda que, após envio de solicitação à Secretaria Municipal de Educação, recebeu resposta de requerimento, em três de fevereiro de dois mil e vinte e cinco, alegando que a mesma passava por um momento de reestruturação e avaliação e que, mediante análise, não havia interesse de continuidade em virtude do foco de seleção dos projetos contemplar o desenvolvimento da aprendizagem. A participante Jamile El Kassis Marangoni, aluna e responsável por criança do projeto, alegou que as famílias não compreenderam a real motivação do encerramento e se mobilizaram para requerer respostas sobre o ocorrido. A participante Evelise Cristiane Rosa reforçou que o projeto precisou mudar de espaço para a realização, o que dificulta o acesso e impede que muitas famílias prossigam, informou que nos dias e horários de realização das aulas nas escolas ainda não foram ofertadas novas opções. O participante Luciano Alves, representante dos responsáveis por alunos projeto, lamentou a falta de clareza nas informações sobre a interrupção das aulas, informou que dezenas de famílias são impactadas com isso e alegou, mediante a falta de argumentos concretos para a interrupção, temer ser motivado por preconceito com a Capoeira, segundo ele, influências do processo histórico em nosso país. A conselheira Tamara Costa e Silva alertou sobre as funções legais dos Conselhos de Escola na organização da utilização dos espaços escolares. A participante Jamile El



Kassis Marangoni alegou ser conselheira num dos Conselhos de Escola envolvidos e que, até o ano anterior, a autorização havia sido apreciada pelo colegiado. O conselheiro Gabriel Duarte Valino Gliosci lamentou o episódio, salientou a necessidade de busca de informações sobre as motivações para maior compreensão deste colegiado e, em tempo, concordou com o participante Luciano Aves em seus apontamentos sobre o preconceito com a capoeira durante séculos da História brasileira. A participante Manoela Adriana Macedo do Prado Terni Roveran, representante de responsáveis por aluno do projeto, informou que as famílias não foram chamadas para diálogo e que as mesmas movem um abaixo-assinado para retomada do projeto nas unidades em questão e solicitou apoio deste colegiado na tratativa do fato trazido. O conselheiro Vinícius Gomes Pereira enfatizou a importância da busca de informações nas atas dos conselhos de escola envolvidos, se solidarizou com os responsáveis presentes e salientou que projetos de capoeira fortalecem o trabalho com as relações étnico-raciais nas escolas. O participante Claudio Rezende enfatizou a necessidade de mais esclarecimentos sobre a interrupção no intuito de responder os questionamentos das famílias envolvidas na situação. A conselheira Paula de Campos Bueno falou sobre o conselho como espaço de acolhida e diálogo com a sociedade civil, concordou com a fala do conselheiro Vinícius Gomes sobre a Capoeira fortalecer as relações étnico-raciais no ambiente escolar e alertou que as respostas avaliadas até o momento foram dadas em motivação de questionamentos por parte do interessado e que, após acolhimento da notícia, o colegiado precisava solicitar acesso à maiores informações sobre o caso por todas as partes envolvidas para então realização de futuras ações



necessárias de monitoramento ou orientação. A conselheira Eliane Aparecida Ferreira sugeriu a deliberação de que fossem encaminhados ofícios à Secretaria Municipal de Educação e aos Conselhos de Escola envolvidos, solicitando informações e atas deliberativas sobre o assunto. A proposta foi votada e aprovada por unanimidade pelo pleno. Este colegiado definiu ainda, após recebimento de resposta de encaminhamentos e maior compreensão dos fatos sobre a questão monitorada, analisar continuidade ou não de ações. A reunião prosseguiu com a análise do ofício nº0121/2025, resposta da Secretaria Municipal de Educação acerca de questionamentos sobre a estruturação das unidades escolares em tempo integral. Após análise e discussão, foi deliberado pelo colegiado, para ação de monitoramento, ofício solicitando Plano de Ações detalhado sobre a ampliação das unidades em tempo integral da rede municipal e visitação às unidades em questão. Em ato contínuo, o colegiado foi informado sobre o cronograma de trabalho do Fórum Permanente de Educação e suas ações de avaliação e monitoramento do Plano Municipal de Educação. A reunião seguiu com o acolhimento dos questionamentos trazidos por responsáveis de estudantes da rede sobre o Projeto Acertando os Ponteiros, que implementou alterações nos horários de alimentação das unidades escolares. Após análise, o colegiado deliberou, por unanimidade, oficiar a pasta para obtenção de maiores informações sobre o projeto, sua fundamentação e implementação. A conselheira Solange Stanislau dos Santos apresentou ao colegiado o questionamento sobre critérios utilizados pelo município na distribuição dos horários das turmas ofertadas aos munícipes e realizou a defesa de ampliação da discussão com o objetivo dos horários atenderem integralmente as



necessidades das famílias. Após discussão, o pleno deliberou por unanimidade, oficiar a pasta sobre informações acerca da descrição, da fundamentação e da implementação dos critérios. Prosseguindo, a conselheira Paula de Campos Bueno apresentou a denúncia anônima recebida pela mesa diretora deste colegiado, nos últimos dias, sobre possível desvio de uso dos transportes do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) durante a realização do evento cultural da Encenação da Paixão de Cristo, realizado em 18 de abril de 2.025 no Complexo do Camaroeiro. Após análise da denúncia e conhecendo as funções de monitoramento e de controle social atribuídas ao CACS-FUNDEB no desenvolvimento do Programa, conforme o estabelecido na Lei Federal 14.113, sancionada em 25 de dezembro de dois mil e vinte, o pleno deliberou o encaminhamento da mesma e imagens enviadas monitoramento do Conselho de responsabilidade de ações. Nada mais para constando, eu, Paula de Campos Bueno, ocupando a presidência deste Conselho, lavro a ata da referida reunião que, posteriormente, será devidamente assinada pelos presentes. Caraguatatuba, 29 de abril de 2.025.